

Acessibilidade: Análise das modificações curriculares para a inclusão de cadeirantes no curso de Educação Física do UniFOA

Accessibility: analysis of the curricular modifications for the inclusion of wheelchair users in the physical education course of the unifoa

Ivanete da Rosa Silva de Oliveira¹

Jeidaíse da Silva Oliveira²

Mara Gracyelle de Azevedo Candido²

Artigo
Original

Original
Paper

Palavras-chave:

Acessibilidade

Educação física

Cadeirante

Inclusão

Análise curricular

Resumo

Este trabalho visa analisar o fenômeno da inclusão no Curso de Educação Física do UniFOA, pois esse fato social se mostra como um desafio a ser atingido e, ao mesmo tempo, promove descobertas de novos potenciais, seja no campo pedagógico, seja no social. Contudo, a maioria dos docentes de ensino superior não está preparada para lidar com tal situação e encontra-se limitada em procurar meios para atender às necessidades do discente de forma que ele não venha ter seus conteúdos defasados. Dessa forma, é necessário analisar como tem ocorrido as modificações não só na dimensão de uma realidade teórica, mas também na prática. Com isso, visando contribuir para uma análise do trabalho desenvolvido por esses profissionais, este estudo pretende compreender as possíveis dificuldades encontradas pelos professores de Educação Física do UniFOA através de uma pesquisa bibliográfica com análise documental.

Abstract

This study aims at to analyze the phenomenon of the inclusion in the Physical Education Course of the UniFOA, therefore this social fact if shows as a challenge to be reached e, at the same time, promotes discovered of new potentials, either in the pedagogical field, either in the social one. However, the majority of the higher education teachers is not prepared to deal with such situation and meets limited in looking ways to take care of to the necessities of the form learning that it does not come to have its unbalanced contents. Of this form, it is necessary to analyze as it has occurred the modifications not only in the dimension of a theoretical reality, but also in the practical one. With this, aiming at to contribute for an analysis of the work developed for these professionals, this study it intends to understand the possible difficulties found for the Physical Education teachers of UniFOA through a bibliographical research with documentary analysis.

Key words:

Accessibility

Physical education

Wheelchair user

Inclusion

Curricular analysis

¹ Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e em Educação Física pelo Centro Universitário de Volta Redonda – UniFOA Mestre em Educação Física pela Universidade Gama Filho; Docente dos cursos de Educação Física, História e Letras.

² Graduada em Educação Física - Centro Universitário de Volta Redonda – UniFOA.

1. Introdução

As questões educacionais são fatores importantes na configuração da realidade educacional. Contudo, a temática da acessibilidade tem despertado interesse e reflexões que promovem ações com o intuito de minimizar os problemas encontrados nas instituições de ensino com o propósito de assegurar a inclusão de pessoas que se encontram a margem da sociedade.

Nesse sentido, ao analisar o fenômeno da inclusão de deficiente físico no contexto escolar, regulamentado pelo Decreto de Lei nº. 5.296, de 02 de Dezembro de 2004, que estabelece parâmetros e diretrizes para as instituições de Ensino Superior e, conseqüentemente, como no caso específico deste estudo, para os cursos de Educação Física, surge a necessidade de compreender como tem se dado as modificações curriculares ocorridas no curso de educação Física do UniFOA para a inclusão de cadeirantes.

Ressalta-se que no ano de 2009, o Curso de Educação Física do UniFOA recebeu através de processo seletivo a entrada de um aluno cadeirante. Notou-se que o curso empreendeu transformações nas estruturas físicas do estabelecimento de ensino, contudo, as modificações curriculares não possuem visibilidade da mesma forma que as arquitetônicas. Dessa forma, pretende-se com esse trabalho investigar como ocorrem as modificações na matriz curricular do Curso de Bacharelado de Educação Física do UniFOA.

Dessa forma, através do suporte de uma pesquisa bibliográfica, de cunho qualitativo, que foi realizada através da análise de documentos que constituem a tríade do registro da formação acadêmica do Curso de Educação Física do UniFOA: seu Projeto Político Pedagógico, as Diretrizes Curriculares Nacionais e, para aferir a qualidade da educação superior, a prova do ENADE de 2007.

Por meio desses documentos, procurar sistematizar informações sobre a qualidade do trabalho de inclusão educacional e social de alunos nesse curso de ensino superior para atingir o conjunto de objetivos que foi delineado, sendo o principal, compreender as modificações curriculares ocorridas no curso de Educação Física do UniFOA para a inclusão

de cadeirantes. Ainda compondo este conjunto apresentam-se como objetivos específicos: analisar as Diretrizes Curriculares do Curso de Bacharelado de Educação Física do UniFOA, bem como o perfil de egresso proposto; conhecer o currículo do Curso de Educação Física do UniFOA, identificando as condições inclusivas contidas nas disciplinas e ementas.

2. Diretrizes curriculares nacionais da educação física

A Educação Física em sua historicidade sofreu modificações em sua prática didático-pedagógica, influenciando a atuação e a formação do professor dessa área. Algumas dessas modificações são legitimadas pela legislação. Assim com a homologação da Resolução nº. 7, de 31 de março de 2004, fica explicitado que os Cursos de Educação Física teriam que formar um profissional holístico e crítico, qualificado para o mercado de trabalho, fazendo uso de seus conhecimentos científicos e de modo que soubesse intervir na sociedade que o cerca, com a capacidade de atuar com discernimento.

Ao analisar a síntese histórica desse campo de conhecimento, constata-se que nas escolas militares no século XIX a Educação Física era essencialmente a dança e a ginástica e, com o passar dos anos, a ginástica tornou-se conteúdo predominante, pois havia uma ênfase no exercício físico com o intuito de preparar o indivíduo para guerra e defesa da nação. A Educação Física, dessa forma, era vista como prática desvinculada da teoria, sendo que essa última não fazia parte do conteúdo programático escolar. Nessa vertente, a proposta da Educação Física era selecionar os mais habilidosos para as competições. Contudo precisa-se considerar que na época o esporte era sinônimo de saúde, pois só praticava esporte os melhores, os mais qualificados fisicamente e os mais habilidosos.

Nessa perspectiva, o professor passa de instrutor para treinador, pois se visa ao alto rendimento e aos movimentos mecanizados. Segundo Soares (2009), nesse período há uma racionalização de meios na busca de eficiência e eficácia, na qual a identidade esportiva da Educação Física escolar é fortalecida e legitimada pela pedagogia tecnicista.

De acordo com Darido (2003), no Brasil entre 1950 e 1975, houve um aumento muito grande do número de Faculdades de Educação Física, porém essas faculdades não se importavam em produzir conhecimentos, entretanto Trindade (2007, p.54) relata que em 1990 houve um aumento dos Cursos de Educação Física, passando de 10 (dez) para 117 (cento e dezessete). O fato das instituições de 1950 a 1975 não se preocuparem muito com a formação científica deixou marcas que se mantiveram até os dias atuais. Essas faculdades eram superlotadas e possuíam como característica a comercialização do ensino com propostas de trabalho voltadas para o esporte.

A formação do bacharel em Educação Física deve se dar de forma planejada para que haja um bom desenvolvimento em algumas habilidades como: domínio de conteúdos conceituais, atitudinais e procedimentais, da área e de outras ciências que intervêm.

Daólio (1994 *apud* Darido, 2003, p. 26) defende que ao discutir

(...) a formação profissional, considera que no currículo das faculdades que preparam os professores de Educação Física, de maneira geral, predominam as disciplinas técnico-esportivas, levando os profissionais a uma falta de embasamento teórico, falta essa que impediria a transformação da prática dos professores.

Dessa forma, a Educação Física, seja na área da licenciatura ou do bacharelado, visa ao desenvolvimento do ser humano como um todo, fazendo disso seu objeto de estudo nos mais diversos campos de trabalho com atividades recreativas, esportivas e principalmente físicas, intervindo na prevenção, promoção, proteção e reabilitação da saúde, da educação e reeducação motora, da formação cultural do rendimento físico e do lazer.

Assim sendo, as instituições de ensino superior têm autonomia para incorporarem outras competências e habilidades coerentes com o Projeto Político Pedagógico do Curso de Educação Física. Contudo, questões referentes à acessibilidade e a inclusão de deficientes possuem legislação específica que garantem a sua abordagem de forma transversal

e longitudinal na matriz curricular, salvo pela Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e no Decreto nº. 2.306, de 19 de agosto de 1997, que considera a necessidade de assegurar aos portadores de deficiência física e sensorial, condições básicas de acesso ao Ensino Superior, de mobilidade e de utilização de equipamentos e instalações das instituições de ensino.

Portanto, a instituição não deve restringir sua perspectiva pedagógica visando somente o conhecimento adquirido e trazido pelo aluno, ela deve estimular à produção de conhecimento a todo instante, de modo que ele consiga aplicá-lo nas diversas situações e áreas de conhecimento.

De acordo com Batista e Mantoan (2005, p. 7)

A escola é a instituição responsável pela passagem da vida particular e familiar para o domínio público, tendo assim função reguladora e formativa para os alunos. O conhecimento nela produzido é revestido de valores éticos, estético e políticos, como os quais os alunos têm de estar identificados, e por mais que a instituição seja "liberal" e rejeite modelos totalizadores e coercitivos de ensino e de gestão, sua função social jamais será descartada. Ela precisa assumir um compromisso com as mudanças sociais, com o aprimoramento das relações com os cidadãos, com o cuidado e respeito em relação ao mundo físico e aos bens sociais que nos circundam.

Diante do exposto, há a necessidade que todos os atores de um estabelecimento de ensino estejam envolvidos na construção do projeto político pedagógico de um curso, pois coletivamente, ao traçar objetivos e metas a serem alcançados, atinge-se também a construção de uma sociedade melhor e, portanto, mais inclusiva.

3. Acessibilidade e inclusão do cadeirante

Ao falar de inclusão, vale ratificar o que diz Sassaki (1997, p.42) que considera inclusão social como um processo que contribui para a construção de um novo tipo de sociedade, através de transformações pequenas e grandes, nos ambientes físicos¹ e no imagi-

¹ Espaços interno e externo, equipamentos, aparelho e utensílio, mobiliário e meios de transporte.

nário de todas as pessoas, portanto da própria, pessoa deficiente.

Sendo assim, encontra-se como princípio da Constituição Brasileira de 1988, que as pessoas têm igualdade de condições em seu acesso e/ou permanência na instituição de ensino, livre de discriminação, e tem como princípio básico da educação o acesso aos níveis mais elevados de ensino. No entanto, esta assertiva não se concretiza no cotidiano dos sujeitos sociais.

Assim, segundo Diehl (2006), pode-se caracterizar a pessoa com deficiência física como qualquer pessoa que tenha uma dificuldade e ou incapacidade parcial ou completa de executar um ou mais movimentos corporais. Essas limitações físicas podem ser adquiridas ou congênitas.

Cabe às instituições de Ensino Superior, com o respaldo das Diretrizes Curriculares Nacionais de Educação Física e a Lei 5.296 de 02 de dezembro de 2004, se estruturarem física e pedagogicamente para que a acessibilidade seja de fato concretizada e vivenciada por todos.

Nesse sentido, é preciso buscar sempre uma proposta de trabalho visando uma educação inclusiva livre de preconceitos e discriminação. Dessa forma, a temática da inclusão quando trabalhada nessa dimensão, remete às aulas de Educação Física para além do enfoque do “aprender a fazer” e integra à intervenção planejada do professor relacionado ao conhecimento presente que supera “o fazer”, agregando atitudes e valores que estão envolvidos na cultura corporal do movimento.

Com o surgimento de políticas públicas visando à equidade e a acessibilidade das minorias sociais, em se tratando dos deficientes físicos, a sociedade vive um momento da releitura do contexto institucional, pois surge uma demanda diferenciada de outros tempos, que se contrapõe a uma sociedade que pretende ser percebida como mais igualitária e democrática.

Com isso o aluno cadeirante, mais do que estar em uma instituição de Ensino Superior, precisa ser inserido e, para tal, é preciso buscar sempre uma proposta de trabalho, visando uma educação inclusiva livre de discriminação.

Entretanto, muitos professores se sentem despreparados para atuarem com alunos deficientes, pois falta capacitação profissional, material didático, falta de estrutura nas instituições, de acordo com o que é apresentado nas normas Associação Brasileira de Normas Técnicas.

De acordo com a Associação Brasileira de Normas Técnicas (2004), que estabelece critérios e parâmetros técnicos a serem observados quanto às instalações e adaptações de mobiliário, edificações, espaços e equipamentos às condições de acessibilidade, toda instituição de Ensino Superior deveria, até o ano de 2006, apresentar condições de mobilidade e de percepção do ambiente para pessoas com mobilidade reduzida, com ou sem ajuda de aparelhos, que no caso deste estudo se trata do cadeirante.

Sendo assim, o cadeirante precisa de um espaço sem obstáculos para que possa deslocar-se, mover-se com segurança. Em relação aos critérios arquitetônicos, recomenda-se que o prédio do curso tenha mais de um sanitário acessível que possa ser utilizado por uma pessoa de cadeira de rodas com acompanhante, de sexos diferentes, com entrada independente e ser anexo aos demais sanitários, contendo uma superfície para troca de roupas na posição deitada, provida de barras de apoio, os boxes de chuveiros adaptados, devendo estender-se, sendo que o local deve estar livre de barreiras com porta que não interfira na transferência de cadeira de rodas para um banco que deve ser de material resistente a impacto².

Ainda tratando da infraestrutura os pisos devem ter superfície regular, firme, estável e antiderrapante sob qualquer condição, que não provoque trepidação na cadeira de rodas. As portas devem ter condições de serem abertas com um único movimento e suas maçanetas devem ser do tipo alavanca. Quando localizadas em rotas acessíveis, recomenda-se que as portas tenham na sua parte inferior, inclusive no batente, revestimento resistente a impactos provocados por cadeiras de rodas.

Nas salas de aula, quando houver mesas individuais para alunos, pelo menos 1% do total de mesas, com no mínimo uma para cada duas salas de aula, deve ser acessível à pessoa com cadeira de rodas. Quando forem

² As dimensões para o deslocamento em linha reta (um corredor) de uma pessoa em cadeira de rodas e um pedestre são de 1,20 a 1,50 metros, se fosse o caso de duas pessoas em cadeira de rodas seria de 1,50 a 1,80 metros. Já para manobra de cadeira de rodas sem deslocamento precisa de 1,20m x 1,20m e para rotação de 90°, 1,50m x 1,20m para rotação de 180°.

utilizadas cadeiras do tipo universitário (com prancheta acoplada), devem ser disponibilizadas mesas acessíveis a pessoa com cadeira de rodas na proporção de pelo menos 1% do total de cadeiras, com no mínimo uma para cada duas salas.

Todas essas modificações estruturais, contudo, não garantem a real acessibilidade, pois um espaço inclusivo precisa se transformar num espaço de decisão e se ajustar ao contexto real. Os atores de uma instituição de ensino superior devem aprender a refletir criticamente e ousar na busca de inovações importantes para que ocorra a inclusão.

Um curso ao agregar um aluno cadeirante desafia o próprio processo pedagógico, deixando-o enriquecido, e, dessa forma, agrega diferenciais à formação de todos envolvidos na ação.

4. O curso de bacharelado de educação física do UniFOA

De acordo com relatos de Lima,(2007) nas décadas de 40 e 50 do século XX foi presenciado um crescimento no número de vagas ofertadas no Ensino Superior do país com o surgimento de novas faculdades, criação de faculdades públicas, de fato nos curso das Instituições Federais de Ensino Superior e a federalização de faculdades estaduais ou privadas de Volta Redonda.

Após 1964, nota-se uma tendência de monitoramento do Ensino legalizado pela LDB de 1961 e o veto do monopólio do ensino pelo Estado, dando prioridade a iniciativa privada. Esse acontecimento pode ser notado ao entender o crescimento moderado no Ensino Público no número de vagas ofertadas em comparação em relação às vagas oferecidas pelas Instituições Particulares.

É neste período de crescimento que surge em Volta Redonda a Fundação Oswaldo Aranha.

Com o desenvolvimento industrial nos anos 70 percebeu um enfoque maior no âmbito esportivo. Isto fez com que os profissionais tivessem uma formação acadêmica, conforme legitimado no Projeto Político Pedagógico do Curso de Educação Física do UniFOA (2009).

Com os eventos e competições estudantis em Volta Redonda entre 1965 a 1975, fez-

se indispensável à formação de profissionais de Educação Física na área de Licenciatura, pois naquela época só existia o curso da Universidade do Brasil (atual UFRJ).

Após a análise da necessidade regional, foi fundada a Escola de Educação Física de Volta Redonda em 9 de março 1971, tendo como mantenedora a Fundação Oswaldo Aranha – FOA. O curso teve o reconhecimento pelo decreto nº 74.186 do Ministério de Educação e Cultura de 18 de junho de 1974, sendo o segundo a ser criado no Estado do Rio de Janeiro. A partir desse momento, torna-se referência no campo de formação de profissionais de Educação Física.

Ao final da década de 1970, surge um processo de discussão visando avaliar novamente os currículos de graduação na área da Educação Física. Nesse período percebe-se que de agosto de 1978 a março de 1987, encontros e seminários foram realizados em diversos estados da União, reunindo professores de Educação Física, técnicos esportivos, médicos e acadêmicos para discutirem as reformas necessárias no currículo do curso de graduação em Educação Física.

O curso funcionou de 1971 a 1989 de acordo com a matriz, tendo sua duração de três anos. O ensino na época era de seriado anual com carga horária de 2.195 horas/aula. Nesse período, situava-se no bairro Vila Santa Cecília e posteriormente no bairro Tangerinal, Volta Redonda, utilizando as instalações do Recreio do Trabalhador Getúlio Vargas/CSN para a realização das atividades práticas e teóricas. Já em 1990 ocorreram mudanças estruturais funcionando com o mínimo de quatro e o máximo de sete anos de duração, com matriz curricular de 4.005 horas/aula de acordo com a resolução MEC/CFE nº 003/87.

Com a criação do Centro Universitário de Volta Redonda – UniFOA, em 1999, retoma a discussão acerca do perfil profissiográfico que deveria ser priorizado pelo Curso de Educação Física do UniFOA. Assim sendo, o corpo docente do curso, pautado pela Resolução MEC/CFE nº 003/87 e pelas diretrizes da comissão de especialistas do Ministério da Educação e Cultura, redefiniu a matriz curricular, tornando-a mais entrelaçadas com as necessidades da região.

Por conta das modificações, o curso passou para a forma semestral, estruturado em oito (8) semestres letivos, com um total de 3.450 horas/aula. As criações de novas disciplinas levaram a definir novas linhas de aprofundamento, viabilizando a melhor identificação da Licenciatura Plena e do estágio curricular. À procura de instalações mais apropriadas para um atendimento de qualidade aos alunos, em abril de 2000, realizou-se a mudança do curso de Educação Física do Campus Tangerangal para o Campus Universitário Olézió Galotti, em Três Poços, proporcionando maior rapidez e autonomia para o curso que funcionava no período unicamente no noturno e matutino.

Em 2006, diante das exigências legais contidas nas DCNs, os campos de formação da área da Educação Física são divididos: Licenciatura e Bacharelado, entendido na resolução publicada em 2004 que preconizava, principalmente, o princípio da autonomia na opção da carreira que o ingressante em Cursos de Educação Física pretendia seguir. Nesse sentido, o UniFOA passa a ofertar o curso de graduação e também o de licenciatura em Educação Física, cada um com sua respectiva matriz curricular.

Como alguns componentes curriculares são básicos para ambos os campos de formação, algumas disciplinas são compartilhadas pelas duas habilitações, enquanto outras, que contêm a especificidade do conhecimento do Bacharel ou do Licenciado, são oferecidas separadamente.

Surge, assim, o curso que é o cerne desse estudo documental.

4.1 Diretrizes Curriculares do Curso de Educação Física do UNIFOA

Como registrado, é defendido no Projeto Político Pedagógico (2009) do Curso de Educação Física, o curso de Bacharelado como uma área de intervenção acadêmico-profissional que tem como perspectiva de estudo uma formação sólida dos conhecimentos adquiridos. A necessidade de concretizar o espaço universitário como um laboratório de práticas profissionais para que as trocas sejam vivenciadas e transformadas, conforme

a Resolução nº. 7, de 31 de março de 2004, torna-se registrado.

O Curso de Educação Física do UniFOA opta por uma dinâmica de organização, que contempla um espaço para o conhecimento da área e outro para demais aprofundamentos curriculares. De acordo com a resolução já citada, o curso resguarda um espaço estratégico para a veiculação e legitimação de conhecimentos identificadores do campo científico da Educação Física, que procura harmonizar com a concepção de campo do saber previsto na nova LDB, que recomenda a instauração de uma visão transdisciplinar para dar conta desse novo enfoque.

Conforme legitimado na Resolução nº. 7 (2004), a Instituição de Ensino deve, através de seu colegiado, organizar o currículo do curso, as ementas e carga horária de forma coerente, de acordo com a base teórico/prática, levando as ações de reflexão para atingir as habilidades que deseja na formação do profissional de maneira cognitiva e nas múltiplas habilidades e valores do educando.

4.1.1 O Currículo do Bacharel em Educação Física do UniFOA

Conforme preconiza o Projeto Político Pedagógico do Curso de Educação Física (2009), é impossível falar de currículo sem falar de como ocorre a sua dinâmica. Os responsáveis pelo mesmo devem estar atentos para as questões que irão compor no que se refere às crenças e valores cabíveis no contexto humano e institucional, havendo a necessidade de um projeto político pedagógico plural e dinâmico, considerando possíveis confrontos, divergências, em decorrência dos vários interesses e de inevitáveis crenças.

A palavra currículo significa aporuguesamento à expressão latina *curriculum vitae*. / Curso. / Parte de um curso literário. / As matérias de um curso. FERREIRA (2008, p.175).

Com isso, as instituições de Ensino Superior, seja qual for a área, devem conter um currículo que trate do desenvolvimento científico-tecnológico diante da globalização, porém sem abandonar as questões do país.

É através das ações que contribuem para o desempenho do país que se deve trabalhar as

pontos que tecem o currículo. Nesse sentido, o UniFOA tende a realizar um ensino de qualidade no campo social e tecnológico, político e cultural para buscar modelos inovadores para sociedade.

Portanto, a dinâmica curricular está inserida no contexto histórico e cultural da sociedade. Ela não é vista isoladamente no processo de ensino-aprendizagem, tem uma proposta e sua forma de ser conduzida que fará a diferença.

4.1.2 Perfil Profissiográfico do Bacharel em Educação Física

O perfil do egresso pretendido pelo curso em estudo deve ser constituído a partir de competências e habilidades que promovam compreensão, análise, transmissão e aplicação dos conhecimentos da atividade física, motricidade humana, movimento humano e o exercício profissional em Educação Física.

O projeto político pedagógico do curso de Bacharelado de Educação Física UniFOA (2009, p.20-21) apresenta habilidades para o egresso do Bacharel.

Compreender, analisar, estudar, pesquisar (profissional e academicamente), esclarecer, transmitir e aplicar os conhecimentos biopsicossociais e pedagógicos da atividade física e desportiva nas suas diversas manifestações, levando em conta o contexto histórico-cultural; atuar em todas as dimensões de seu campo profissional (área não-escolar), o que supõe pleno domínio da natureza do conhecimento de educação física e das práticas essenciais de sua produção, difusão, socialização e de competências técnico-instrumentais partir de uma atitude crítico-reflexivo ética; planejar, executar e avaliar atividades físicas e esportes voltados para as populações em suas diversas faixas etárias a esfera não-escolar; conduzir e avaliar programas de atividades físicas para grupos específicos (grupos de risco tais como: diabéticos, hipertensos, cardíacos entre outros), visando à promoção da saúde e desenvolvimento da aptidão física; planejar, executar e avaliar equipes esportivas projetos comunitários com fins

sócio-educativos; utilizar instrumental técnico-científico peculiar a área de artes corporais/esportes para fundamentar suas atividades profissionais; dominar procedimentos básicos de investigação norteados por parâmetros éticos-morais compatíveis com os padrões estabelecidos pela esfera acadêmica; atender os portadores de necessidades especiais.

É importante que o bacharel construa conhecimentos científicos na área, com o intuito de investigar as questões que envolvem o desenvolvimento humano nas diversas esferas da sociedade.

O Bacharel em Educação Física, durante sua trajetória acadêmica e posteriormente, deve ter a competência para compreender nos espaços de trabalho, situações que cabem a sua intervenção profissional. Contudo, deve ter consciência de que sua prática é essencialmente a busca da melhoria da qualidade de vida do público com o qual desenvolverá suas atividades, seja em centros de treinamento, federações, clubes, academias, centros de pesquisas, hotéis e outros.

5. A pesquisa documental

Esta pesquisa bibliográfica, de cunho predominantemente qualitativo, foi realizada através de uma análise documental, na qual se buscou identificar como o fenômeno da inclusão está se concretizando no Curso de Educação Física do UniFOA.

Dessa forma, recorreu-se a documentos como as DCNs e o Projeto Político Pedagógico do referido curso e, também, a prova do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE-2007), um dos instrumentos avaliativos do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES)³ que tem o objetivo de aferir o rendimento dos alunos dos cursos de graduação em relação aos conteúdos programáticos, suas habilidades e competências.

Sendo assim, através desses três diplomas legais – o PPC, as DCNs e a prova do ENADE de Educação Física, obteve-se parâmetros para aferir a qualidade e a realidade curricular do

³A Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, criou o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), que é formado por três componentes principais: a avaliação das instituições, dos cursos e do desempenho dos estudantes através do ENADE.

curso de Educação Física do UniFOA, objetivando obter informações sobre as formas inclusivas visíveis e invisíveis aplicadas ao ensino do Bacharel em Educação Física.

A investigação pautou-se nesses documentos e centrou-se, principalmente, na apreensão das categorias sobre acessibilidade, inclusão e metodologias de ensino. Em relação ao Projeto Político Pedagógico, foi realizada uma revisão nas disciplinas com seus respectivos ementários.

5.1. O confronto inclusivo: os componentes curriculares e as DCNS

A análise proposta neste Trabalho de Conclusão de Curso – TCC visa à caracterização das mudanças ocorridas no curso de Educação Física do UniFOA e da relevância das mesmas diante da realidade inclusiva da instituição.

Na apreciação das setenta disciplinas obrigatórias e optativas que compõem a matriz curricular do projeto político pedagógico do Curso de Bacharelado em Educação Física do UniFOA, cinquenta e seis são compartilhadas com o Curso de Licenciatura e quatorze são específicas da Graduação. Todas essas disciplinas tiveram seus respectivos ementários analisados.

Nessa análise, pode-se observar que várias disciplinas perpassam indiretamente pela realidade de diversos alunos, cujas vivências e experiências de vida são distintas. Entretanto, ao analisar as ementas de forma mais aprofundada, observa-se que apenas quatro abordam a temática inclusão: Dança, Futebol e Futsal I, Voleibol, Educação Física para pessoas com Deficiências. As três primeiras tratam da temática a partir de uma única unidade de ensino que está registrado na ementa. Enquanto a última, que é inclusive denominada pela problemática tratada neste estudo, trata especificamente da inclusão e dos processos de aprendizagem, conhecimento e vivências relacionadas a esportes adaptados. Trata, também, de recreação e elaboração e desenvolvimento de programas para pessoas com deficiências. Contudo, tem somente 40 horas.

A disciplina de LIBRAS, que discute acessibilidade, apesar de ter conteúdo que apresenta conhecimentos para trabalhar com

surdos, é proposta na matriz do Bacharelado como optativa. Portanto, o cumprimento de sua carga horária fica a mercê da escolha do aluno. Constatou-se que poucos alunos que fazem somente o Bacharelado resolveram cursá-la.

Encontrou-se ainda uma disciplina chamada de Lesões Esportivas que apesar de contemplar em seu ementário comprometerimentos das extremidades inferiores, não demonstra claramente que trata de aspectos associados à análise de limitações de deficientes físicos. Então, não se descartou a possibilidade, mas compreende-se que fica subtendido se haverá uma abordagem ou não desse aspecto. Infere-se que dependerá fundamentalmente da ação docente.

Destaque-se que essas seis disciplinas supracitadas são compartilhadas pelos dois cursos. Dessa forma, ao observar as quatorze disciplinas específicas para o Curso de Bacharelado, assim como seus conteúdos, constata-se que nenhuma trata de temas relacionados à questão da inclusão.

Então, correlacionando ao que é solicitado pela Lei nº 7.853/89, pode-se aferir que o curso de Bacharelado de Educação Física do UniFOA, tem componentes curriculares e conteúdo programático incipientes no que refere à temática inclusiva.

Na última prova do ENADE, realizada em 2007, foram encontradas questões que solicitavam conhecimentos atribuídos a problemática social da exclusão e aferia competências e habilidades do estudante de Educação Física para desenvolver ações e processos inclusivos e não discriminatórios. Contudo, constata-se, por meio da análise das temáticas que são registradas nos planos de ensino dos professores e, que se entende, então, que são desenvolvidas pelas disciplinas da matriz curricular vigente, que essa discussão é embrionária.

Um profissional de Educação Física compareceu a uma entrevista de emprego em uma instituição pequena, com poucos recursos e que presta atendimento a pessoas portadoras de necessidades especiais. Entre as estratégias de seleção, foi-lhe solicitado que descrevesse uma atividade adequada às necessidades especiais típicas de pessoas com paraplegia, incluindo, necessariamente, nessa descrição: objetivo, recur-

dos materiais e desenvolvimento.⁴

Sabe-se que o Bacharel em sua formação precisa ser capaz de atender as diferentes manifestações da cultura do movimento, considerando, as características regionais e os diferentes interesses identificados com o campo de atuação profissional. Percebe-se uma lacuna na formação desse acadêmico, uma vez que ele ao se inserir no mercado de trabalho, não terá restrições de alunos em qualquer campo de atuação.

Já, em se tratando do aspecto inclusivo, a possibilidade de análise da matriz curricular do curso de Bacharelado poderá se dar na tentativa de ocorrer uma possível modificação curricular que preencha essa lacuna teórico-metodológica, preparando assim, um profissional com competência para atuar em uma sociedade que precisa se valer de ações inclusivas, para tornar-se de fato justa e promotora de equidade.

6. Considerações finais

O estudo realizado buscou caracterizar e compreender como ocorre a acessibilidade no Curso de Educação Física do UniFOA, Bacharelado. Nesse sentido, foi instituída a priori a necessidade de compreender que as mudanças e adaptações, que devem ocorrer acerca da infraestrutura e do currículo na Universidade para possibilitar a inclusão, precisam superar a visão que entende a Universidade como espaço de ensino. É preciso pensá-la como espaço de construção acadêmica que possibilita concretizar, de forma globalizada, o processo de inclusão de cadeirante no curso.

Percebe-se que as mudanças foram realizadas na infraestrutura, mas ainda há muito a se fazer para atender às necessidades do cadeirante. Com isso, alguns fatores considerados básicos, no que diz respeito à acessibilidade, ainda são esquecidos.

Na matriz do curso, percebe-se a ausência de disciplinas com conteúdos que englobam a questão da inclusão, partindo do pressuposto que o curso analisado foi o de

Bacharelado e este contempla a disciplina de portadores de necessidades especiais de forma compartilhada com o Curso de Licenciatura. Ressalta-se que no perfil do egresso de educação física, contemplado no PPC e nas DCNs, todos os profissionais (acadêmicos), independente de ser do Curso de Bacharelado ou de Licenciatura, devem estar preparados para trabalhar com pessoas com os mais variados tipos de deficiência.

Portanto, não é preciso esperar que a realidade chegue até as Instituições para posteriormente permitir e ou buscar mudanças. O ambiente precisa estar preparado para atender as necessidades desse público específico, assim como capacitar professores e funcionários para garantir a efetividade do processo educacional.

7. Referências bibliográficas

1. ABNT NBR, Acessibilidade e edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. 2ª edição, Rio de Janeiro, ABNT, 2004.
2. AMARAL, Patrick Penedo. Docente e/ou profissional: a identidade do professor de educação física em questão. 29-07-05 até 30-07-05. Disponível em: <http://cev.org.br/biblioteca/docente-e-ou-profissional-identidade-professor-educacao-fisica-questao>. IX EnFEFE- Encontro Fluminense de Educação Física Escolar
3. ARANHA, Maria Salete Fábio. Educação inclusiva: A fundamentação filosófica / SEESP/MEC; Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, v. 1, ex 2, 2004.
4. DARIDO, Suraya Cristina. Educação física na escola. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003.
5. DIEHL, Rosilene Moraes. Jogando com as diferenças. São Paulo: Phorte, 2006.
6. FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Aurélio: o dicionário da língua portuguesa. Disponível em: <http://www.dicionarioaurelio.com/curriculo>. Acesso em: 11/10/10. Rio de Janeiro RJ: 2008.

⁴ Questão 40 – Discursiva – ENADE 2007 – Educação Física.NADE.

7. INEP. Provas e Gabaritos - Enade 2007. Disponível em: <http://www.inep.gov.br/superior/enade/2009/provas.htm>. Acesso em: 26/10/10.
8. FREIRE, João Batista. Educação de corpo inteiro. Campinas: Scipione, 1989.
9. GIL, Antônio Carlos. Metodologia do ensino superior. 3. ed. São Paulo: Atlas 1997.
10. LIMA, Roberto Guião de Souza (org). Fazenda Três Poços: do café à Universidade. Volta Redonda: Editora FOA, 2007. 204p.
11. MANTOAN, Tereza Egler; BATISTA, Cristina Abranches Mota. Educação inclusiva. Secretaria de Educação Especial. Brasília, MEC/SEESP, 2005.
12. NERY, Flavia, Universidades vão qualificar professores da educação especial. Portal MEC, 14/05/2007 - Brasília DF.
13. NETO, Vicente Molina e Stigger, Marco Paulo. Revista da Escola de Educação Física, UFRGS. Porto alegre. Agosto 2007
14. OLIVEIRA, Ivanete da Rosa Silva de; SILVA, Geisimar do Nascimento. O deficiente físico na educação física escolar: uma proposta de inclusão. In: X Encontro Fluminense de Educação Escolar. 2006. Anais. Rio de Janeiro: UFF, 2006. p. 236-241.
15. Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/decreto/d3298.htm>. Acesso em: 16/10/10.
16. Projeto Político Pedagógico do Curso de Bacharel Educação Física UniFOA 2009. Disponível em: <http://www.unifoa.edu.br/>. Acesso em: 18/09/10.
17. SOARES, Carmem, Coletivo de Autores. Metodologia do ensino de Educação Física. São Paulo: Cortez, 1992.
18. TANI, Go et al. Educação física escolar: fundamentos de uma abordagem desenvolvimentista. São Paulo: EPU / EDUSP, 1988.
19. TRINDADE, Patrícia Mano. O curso de educação física: a questão da formação acadêmica na visão de seus agentes. Campinas - SP, 2007. Tese de Doutorado. Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas.

Endereço para Correspondência:

Ivanete da Rosa Silva de Oliveira
ivanete.oliveira@foa.org.br

Beco São Vicente, n. 36, apt 101,
Centro, Pinheiral – RJ